

FIDES REFORMATATA 1/1 (1996)

João Paulo II, Carta Encíclica de João Paulo II Sobre o Valor e a Inviolabilidade da Vida Humana (São Paulo, Edições Paulinas, 1995) 211 páginas.

Chega às livrarias a Carta Encíclica, que, meses atrás, foi objeto de grande atenção da imprensa, e, certamente, de muitos cristãos reformados. Divulgada nove meses antes do Natal (em 25 de março deste ano), data em que a Igreja Católica Romana celebra a anunciação à Maria, a carta demonstra que a data foi propositalmente escolhida, pois sua preocupação principal é falar da vida.

A carta é endereçada "aos bispos, aos presbíteros e diáconos, aos religiosos e religiosas, aos fiéis leigos e a todas as pessoas de boa vontade". Nasceu de um pedido unânime dos cardeais que integraram o Consistório Extraordinário realizado em Roma de 4 a 7 de abril de 1991, após debates e colaboração de uma parte dos bispos do mundo (a colaboração foi solicitada a todos). Esta carta, ainda segundo o texto, possui a "autoridade do Sucessor de Pedro" (introdução, §5).

Apresenta-se composta de 4 capítulos, mais introdução e conclusão e possui uma estrutura diferente das demais encíclicas:

Cap.	"Tema"	Título
I	A voz do sangue do teu irmão clama da terra até mim	As atuais ameaças à vida humana
II	Vim para que tenham vida	A mensagem cristã sobre a vida
III	Não Matarás	A lei santa de Deus
IV	A mim o fizestes	Por uma nova cultura da vida humana

Esse uso da Bíblia como "respaldo" ao assunto (desnecessário à luz da doutrina Romana) não é privilégio dos grandes capítulos. Os pequenos tópicos (5 no capítulo I, 11 no capítulo II, 6 no capítulo III, 7 no capítulo 4 e 3 na conclusão) são "aplicações" de textos bíblicos (uma citação é o livro de Baruque).

O tema central da carta é a defesa da vida humana contra todos os tipos de agressões às quais ela está sujeita (Aborto, eutanásia, suicídio, fecundação *in vitro*, manipulação de embriões, etc.), e um enaltecimento da mesma como um dom de Deus.

Não creio que, como reformados que somos, tenhamos muito que discordar de seu tema central. Aliás, encontramos muitos pontos comuns entre a ética que professamos e as proposições da carta. Mas, certamente, temos muitos pontos de discórdia.

Os pontos comuns

1. Concordamos que a cultura de nossos dias (à qual o apóstolo, no início da era cristã, já exortava a que não nos amoldássemos - Rm 12.1-2) é uma cultura que, cada vez mais, valoriza a morte em detrimento da vida. Vivemos em um ambiente que anseia pela apresentação espetacular da morte e encara a vida como algo rotineiro e banal. Este é um tema que atravessa toda carta.

2. Concordamos que existe uma tendência clara a uma dicotomia entre valores íntimos e comportamento público: cada indivíduo quer avocar a si a mais completa autonomia moral de decisão sobre vida e morte, e, por outro lado, quer exigir que aqueles que foram ensinado a lutar pela vida não tenham pejos morais em executar algo contrário à própria consciência. Obviamente temos que concordar, também, que a raiz de tudo isto está no relativismo ético. Este assunto pode ser visto no capítulo III §70.

Há ainda outros pontos com os quais concordamos. Mas não podemos deixar de mencionar aqueles com os quais discordamos:

Os pontos não comuns

1. Não podemos concordar que a contracepção seja uma negação da verdade integral do ato sexual, como se o sexo tivesse como única função a procriação (ver Capítulo I, §13). De que modo interpretaríamos I Co 7.1-9? Ou, como entenderíamos que a mulher só é apta para fecundação em menos de 3% de seu tempo de vida? Nos outros 97% de seus dias ela deveria abster-se de qualquer relação sexual?

2. Não podemos concordar com a igualdade de tratamento que é dada aos métodos anticoncepcionais e aos métodos antinatais (ver Capítulo 1, §16 e 17). Aliás, esta distinção, tão importante, não fica muito clara. A importância da distinção reside no fato de que, na minha opinião, os métodos antinatais, diferentemente dos anticoncepcionais, são totalmente condenáveis.

3. Creio que a nossa principal discórdia reside nas premissas da carta. Não podemos recebê-la como autoritativa. O que entendemos por autoritativa fica mais claro observando os próprios decretos do Concílio Vaticano II, que dizem no §59:

Esta religiosa submissão da *vontade* e da *inteligência* deve de modo particular ser prestada com relação ao autêntico magistério do Romano Pontífice, mesmo quando não fala "ex-cathedra". E isso de tal forma que seu magistério supremo seja reverentemente reconhecido, suas sentenças sinceramente acolhidas, sempre de acordo com sua mente e vontade. Esta mente e vontade constam principalmente ou da índole dos documentos, ou da freqüente proposição de uma mesma doutrina, ou de sua maneira de falar (itálicos meus).

E ainda no §61:

Esta infalibilidade, porém, da qual quis o Divino Redentor estivesse sua Igreja dotada ao definir doutrina de fé e moral, tem a mesma extensão do depósito da Revelação divina, que deve ser santamente guardado e fielmente exposto. *Esta é a infalibilidade de que goza o Romano Pontífice, o Chefe do Colégio dos Bispos, em virtude de seu cargo, quando, com ato definitivo, como pastor e mestre supremo de todos os fiéis que confirma seus irmãos na fé (cf. Lc 22.32) proclama uma doutrina sobre a fé e os costumes.* Esta é a razão por que se diz que suas definições são *irreformáveis* por si mesmas e não em virtude do consentimento da Igreja, pois foram proferidas com a assistência do Espírito Santo a ele prometida no Bem-aventurado Pedro. *E por isso não precisam de aprovação de ninguém nem admitem apelação a outro tribunal* (itálicos meus).

Nossa única regra de fé e prática é a Bíblia. Qualquer fonte de autoridade extra-bíblica (seja antiga como a Romana ou nova como a "carismática") não deve ter poder sobre nossa fé ou nossa ética. Embora a carta cite repetidamente a Bíblia, as citações à

tradição, à outras encíclicas e aos livros apócrifos, além de serem constantes, são feitas atribuindo-lhes a mesma importância. A título de exemplo veja as páginas 136 e 137: nelas as cartas de Paulo aos Romanos (6.23; 8.11; 14.7-8) e aos Filipenses (2.8; 3.10), o Evangelho de João (13.1) e a Primeira Carta de Pedro (2.21), são citados em pé de igualdade com a *Gaudium et Spes* (que é a Constituição Pastoral do Concílio Vaticano II) e com outra Carta Encíclica do próprio João Paulo II, *Salvifici doloris*.

4. Entretanto, se tirarmos todas as citações extra-bíblicas ainda teríamos que lamentar o fato de que o capítulo II, que fala de forma tão eloqüente sobre a mensagem vital trazida ao ser humano pelo "Verbo que se fez carne", é contradito pela conclusão e especialmente pela oração final da carta, que, dirigida a Maria, diz: "a vós confiamos a causa da vida".

Temo que, em um ambiente tão carente de boa literatura sobre ética cristã esta carta seja uma "pedra que clama". Infelizmente não o faz de modo fiel à Palavra de Deus; mas clama.

— Fôlton Nogueira da Silva